

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º SEMESTRE DE 2020

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em observância aos preceitos legais e estatutários, através de sua Diretoria Executiva, submete à apreciação de Vossas Senhorias o seu Relatório da Administração, acompanhado das Demonstrações Contábeis, relativas ao semestre findo em 30 de Junho de 2020.

1. A INSTITUIÇÃO

A Agência de Fomento é uma instituição financeira não bancária, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital fechado, que atua sob a supervisão do Banco Central do Brasil e rege-se por seu Estatuto Social, Lei das Sociedades Anônimas e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. Foi criada em 2002 pela Lei Estadual nº. 1.298 e tem como acionista majoritário o Estado do Tocantins.

2. DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1- Prospeção e Oportunidades de Negócios

No início do 1º Semestre a Agência de Fomento em parceria com as Salas do Empreendedor, oportunizou o atendimento nas cidades de Paraíso do Tocantins, Araguaçu, Formoso do Araguaia, Cariri, Figueirópolis, Gurupi, Dueré, Sandolândia, Peixe, Alvorada e Lajeado, totalizando 11 municípios visitados. Foi realizado um trabalho de divulgação e atendimento aos empreendedores, oferecendo crédito para os diversos segmentos.

O objetivo neste semestre era realizar o trabalho de visitas nos municípios de todo Estado do Tocantins, porém em meados do mês de março o mercado econômico foi surpreendido por uma crise jamais vista em nível nacional. É diante desse cenário a Agência de Fomento em consonância com o Governo do Estado, obedeceu pontualmente às recomendações da OMS – Organização Mundial de Saúde em combate a pandemia COVID-19, bem como dos decretos municipais e estaduais.

Em um momento em que se compreendem as dificuldades enfrentadas pelos empresários que vem buscando manter seu negócio a Agência de Fomento tem disponibilizado linhas de crédito emergenciais para dar suporte financeiro a essas empresas, garantindo a manutenção das mesmas bem com os empregos gerados.

Algumas medidas de flexibilização foram adotadas neste período, bem como: análise de operações com restritivos, isenção de certidões e ampliação do prazo de carência. Foram flexibilizados também o acesso ao crédito para os autônomos.

Foi nesse sentido que toda equipe de prospecção intensificou o atendimento, por meio de atendimento ao empresário por agendamento, atendimento via WhatsApp, e-mail, acesso às informações pelo site institucional, todo suporte possível foi providenciado.

Foi disponibilizado no site institucional os formulários, check lista da documentação necessária para cada linha de crédito, facilitando o acesso ao empresário.

Com a disponibilidade do recurso oriundo do Fundo Geral de Turismo – FUGETUR, foi possível atender os empreendimentos do seguimento turístico de todo Estado do Tocantins, oportunizando taxas de juros subsidiadas, carências e prazos atrativos.

A Agência de Fomento tem investido na divulgação dos produtos oferecidos, utilizando dos meios de comunicação como: realização de lives, TV, sites, Instagram e face book.

Neste semestre a Agência de Fomento liberou R\$ 2.548 mil, deste total R\$ 1.994 mil foram liberados no 2º trimestre. O montante liberado foi distribuído entre empréstimos e financiamentos, sendo atendidos 23 municípios. As cidades atendidas foram as cidades de Araguaína, Araguacema, Araguaçu, Bom Jesus do Tocantins, Dueré, Esperantina do Tocantins, Figueirópolis, Formoso do Araguaia, Guaraí, Gurupi, Lajeado, Miracema do Tocantins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Pedro Afonso, Peixe, Porto Nacional, Pequizeiro, Mateiros, Natividade, Rio da Conceição, São Felix do Tocantins e Santa Tereza Do Tocantins.

2.2– Operações de Crédito – Recurso Próprio

No Primeiro semestre de 2020 a Agência de Fomento liberou do recurso próprio, um total de R\$ 1.763 mil em operações de crédito, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, nos diversos segmentos do Estado, atendendo as micro e pequenas empresas neste momento de incertezas provocados pela crise da COVID-19, impulsionado a economia tocantinense. Do montante analisados e liberados entre janeiro a junho/2020 foi registrado uma média de liberações de R\$ 25 mil por empreendedor. Do total de liberações, 45,58% foi destinado para a linha de Comércio e Serviços, 52,66% para o Microcrédito e 1,76% para a Indústria.

2.3– Taxa de Juros, Prazo e Carência nas Operações de Crédito

A taxa média de juros ficou em 2,11% a.m. e o prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 36 meses. Do montante de R\$ 1.763 mil foram liberados sem carência R\$ 846 mil e com carência um valor R\$ 917 mil correspondendo a 100% das liberações de crédito.

Resultado da taxa média de juros: em algumas operações de crédito, aplicou-se taxas mais elevadas em detrimento ao risco operacional maior da operação em virtude da

recente formalização do empreendimento bem como às análises das restrições apresentada neste momento de pandemia.

2.4– Rating das Operações de Crédito

Das operações de crédito, em relação ao montante liberado, 12% estão classificadas no nível de risco "**AA**", 11% estão no nível de risco inicial "**A**", 35% estão no nível de risco inicial "**B**" e 42% estão concentradas no nível de risco "**C**".

2.5– Garantias das Operações de Crédito

Com relação ao tipo de garantia; 47% das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária de imóveis e veículos), como garantia das operações; 52% estão garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE, e 1% das operações estão concentradas em garantias fidejussórias. Isso demonstra que dos 100% dos créditos liberados entre janeiro a junho de 2020, 99% foram avalizados por garantias de melhor liquidez.

2.6– Operações de Crédito com Recursos do Fundo Geral de Turismo - FUNGETUR

No Primeiro semestre de 2020 a Agência de Fomento liberou do recurso de terceiro iniciado em abril, um total de R\$ 786 mil em operações de crédito com recurso do FUNGETUR, distribuídos entre empréstimos e financiamentos, atendendo as empresas de Turismo do Estado e impulsionando a economia como uma reação aos impactos causados pela crise do coronavírus no mercado turístico brasileiro, com juros menores e um prazo maior de carência, neste período de pandemia da COVID-19.

Do montante analisados e liberados entre abril e junho/2020 foi registrado uma média de liberações de R\$ 52 mil por empreendedor.

A taxa de juros ficou em 5% a.a mais INPC, e o prazo médio de amortização das operações de crédito foi de 39 meses. Do montante, de R\$ 786 mil foram liberados 100% com carência.

Das operações de crédito liberado com recursos de Terceiro/Fungetur, os **Rating** ficaram em, 20% estão classificadas no nível de risco "**A**", 64% estão no nível de risco inicial "**B**" e 16% estão concentradas no nível de risco "**C**".

Quanto as garantias das operações de crédito com recursos de terceiros, 76% das operações estão concentradas em Alienação Fiduciária (considerando alienação fiduciária

de imóveis e veículos), como garantia das operações e 30% garantido pelo Fundo de Aval para as Micros e Pequenas Empresas – FAMPE e 4% em garantias fidejussória.

2.7 – Análise de Crédito

No primeiro semestre de 2020 todo o foco a parti de março foram voltado para o combate à crise econômica provocada pela pandemia do Corona Vírus - COVID 19, que ocasionou um grande desastre na economia, levando fechamento de vários segmentos no comércio em geral, no Brasil e no mundo - prevalecendo em funcionamento apenas os seguimentos considerados essenciais - por quase 03 meses, provocando uma crise econômica, sem precedentes, um verdadeiro colapso econômico. Entretanto, a Agência de Fomento em consonância com o governo do Estado do Tocantins, visando atenuar os efeitos dessa crise econômica bem como o desenvolver seu papel social no estado, entra como suporte - sem economizar esforços, liberando crédito de forma pulverizada e com taxas de juros atrativas para os setores que estão sendo atingidos com essa crise, desempenhando o máximo para atender os diversos segmentos da economia tocantinense para melhorar a competitividade e produtividade deles neste momento de recomeço, impulsionando-os com a liberação de crédito, de forma ágil e cautelosa às atividades que se expõe ao menor risco de inadimplência.

3. GESTÃO DE CRÉDITO

No 1º Semestre de 2020 a carteira ativa (saldo de créditos a receber, excluindo os prejuízos) ficou em R\$ 6.564 mil, superior aos R\$ 4.862 mil do 1º Semestre de 2019 havendo um aumento de R\$ 1.702 mil sendo 31% maior.

A Despesa de Provisão para operação de Créditos encerrou o período com R\$ 539 mil, sendo a média mensal de R\$ 89 mil.

A Reversão de Provisão das Operações de Crédito totalizou em R\$ 87 mil, resultado positivo, fruto de recebimentos efetivos de créditos inadimplentes que estavam provisionados. Ao receber tais valores, consequentemente, aumenta a reversão e reduz o saldo das provisões em carteira ativa.

A Carteira de Créditos Baixados como prejuízo registrou um montante de R\$ 681 mil. Esse valor é reflexo de liberação de crédito concentrada em um único cliente, liberado na gestão anterior, que não conseguiu honrar os pagamentos na Instituição.

Esses créditos são provenientes de cobranças sem êxito no recebimento, mas apesar de baixadas em prejuízo, continuam em processo de cobrança, honra do FAMPE e ajuizamentos.

Dos créditos que foram baixados como prejuízos foram recuperados R\$ 296 mil. Os recebimentos desta carteira são bastante significativos para a Instituição, por serem considerados como receita líquida no resultado geral do período. A carteira de Créditos Baixados como Prejuízo é uma carteira que apresenta dificuldade de recuperação, por se tratar de créditos inadimplentes há mais de 360 dias, o que consequentemente diminui as chances de recebimento de uma dívida.

O saldo das parcelas vencidas até 60 dias fechou em R\$ 124 mil, vencidas até 90 dias R\$ 63 mil, vencidas acima de 90 dias R\$ 154 mil. Parcelas vincendas R\$ 6.221 mil. Baseado na resolução nº 2682 de 1.999 do Banco Central, vigente, o parâmetro para mensuração da inadimplência total acima de 90 dias, considera-se os saldos vencidos + vincendos, que neste semestre somou um saldo de R\$ 6.564 mil.

A Gestão de crédito tem uma grande preocupação com os clientes que ficam inadimplentes a partir de 01 dia de atraso, uma vez que a prevenção ajuda a evitar prejuízos futuros.

Sendo assim, conclui-se que a Gestão de Crédito vem buscando recuperar prejuízos, cobrar a carteira ativa inadimplente e a prevenção de possíveis atrasos que venham a prejudicar a receita da Agência.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

As receitas do semestre totalizaram R\$ 1.173 mil e as despesas R\$ 2.711 mil, o resultado líquido acumulado do primeiro semestre de 2020 foi um prejuízo de R\$ 1.538 mil, decorrente da diminuição nas receitas das operações de crédito, provisão para créditos de liquidação duvidosa de contratos em atraso e das novas liberações, enquanto todas as demais despesas legais e administrativas são inevitáveis.

4.1 – CAPTAÇÃO DE: APORTES, FUNDOS e RECURSOS DE TERCEIROS - 2020

Cabe ressaltar que diante do quadro que ora se apresenta, os Gestores da Instituição adotaram e estão adotando ainda para o exercício 2020, as seguintes medidas para alavancar as linhas de créditos e aporte de capital.

- ✓ Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária, realizado em 13 de abril de 2020, aporte de capital, no valor de R\$ 11.569 mil, provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações;

- ✓ O Governador autorizou R\$ 10.000 mil destinados ao Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FDES-TO, para financiar as cadeias produtivas da piscicultura e microcrédito.
- ✓ Foi captado no ano de 2019 o recurso do Ministério do Turismo, denominado FUNGETUR, no montante aproximado de R\$ 10.634 mil, destinado aos empreendimentos de turismo do Estado do Tocantins. Do montante do contrato, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 mil, desse recurso já foram utilizados R\$ 786 mil.

4.2– AÇÕES QUE ESTÃO SENDO ADOTAS PELOS GESTORES - 2020

- a) Intensificamos ações junto ao BNDES, FINEP e FNO para obtermos a condição de Agente Repassador dos recursos;
- b) Parceria do Governo do Estado do Tocantins e Agência de Fomento com o Banco Regional de Brasília - BRB como agente repassador para o microcrédito;
- c) Parceria Estado do Tocantins e Fomento, na intermediação da modalidade de repasse financeiro através de cartão de crédito para servidores públicos, consignado;
- d) Criar novos produtos de crédito, aumentando o mix do portfólio da Agência;
- e) Divulgação das Linhas de Crédito através de diversos meios de comunicação;
- f) Pulverização dos créditos para micro e pequenos empreendedores, diminuindo o risco de concentração de crédito;
- g) Intensificação das prospecções para alavancagem e ações de crédito no interior do Estado em parceria com as Prefeituras para atender com maior amplitude todas as cadeias produtivas, abertura de pontos de atendimento em Gurupi na sede da CDL e Araguaína no É Pra Já.
- h) Redução das despesas administrativas através da revisão de contratos de prestação de serviço com fornecedores;
- i) Requalificação do quadro de funcionários;
- j) Aprovação do novo organograma da Agência;

- k) Realização de leilão dos bens recebidos em dação de pagamentos e os apreendidos ou consolidados em alienação fiduciária, os quais irão gerar mais recursos financeiros para nossas operações e consequentemente, receitas para Agência;
- l) Realização de venda direta dos bens que não foram alienados nos leilões;
- m) Planejamos e realizamos várias reuniões com órgãos Estaduais e Municipais com o intuito de propor parcerias em prol do desenvolvimento sustentável;
- n) Ficou definido a administração de Fundos e PPP's do Estado para Agência de Fomento, onde obteremos receitas na administração;
- o) Tomadas de contas;
- p) Novas políticas e critérios de análises de créditos;
- q) Ajuizamentos das operações inadimplentes;
- r) Atualização do site institucional;
- s) Redução de despesas;
- t) Aumento da equipe de gerentes de crédito;
- u) Treinamentos;
- v) Parcerias com Órgãos Estaduais, Federações e Associações Comerciais, voltado para o crescimento econômico.

As Aplicações Financeiras do período seguiram a política de investimentos da Instituição, produzindo receitas no valor de R\$ 136 mil. Ao final do semestre, o saldo das aplicações alcançou o valor de R\$ 16.093 mil, estando R\$ 9.653 (mil) aplicados em Fundos de Investimento e R\$ 6.440 mil em Títulos de Renda Fixa (LFT).

Os Ativos da Agência de Fomento apresentaram um saldo de R\$ 27.208 mil. Os seus principais componentes são as aplicações financeiras em Títulos Públicos Federais no valor de R\$ 16.093 mil, correspondente a 59%, carteira ativa de operações de crédito com um montante de R\$ 5.716 mil, equivalentes a 21% e 20% sendo de outros ativos.

O Patrimônio Líquido finalizou com o saldo de R\$ 21.158 mil, tendo em sua composição R\$ 40.103 mil de Capital Social subscrito, R\$ 35.796 mil Capital Social integralizado, R\$ 153 mil de Reserva Legal e R\$ 14.791 mil de prejuízo acumulado. Já o passivo circulante somou R\$ 6.050 mil, sendo obrigações por repasse a instituições oficiais e outras obrigações tais como: funcionários, impostos, contingências e fornecedores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações desenvolvidas pela Instituição nesse Primeiro Semestre e registradas no presente Relatório de Administração demonstram a busca por uma convergência entre o papel estratégico definido e as ações empreendidas no período. Cabe, ainda, o destaque da execução dessas ações de forma associada às demais instituições do Estado, buscando a unidade governamental, a implementação de prioridades e uma atuação direcionada a diversas regiões e setores do território tocantinense. Dessa forma, a Instituição segue em direção ao alcance de sua sustentabilidade, alinhada com sua missão e buscando legitimar-se cada vez mais como indutora e articuladora para o desenvolvimento do Estado do Tocantins.

6. RECONHECIMENTOS

A Diretoria Executiva agradece o apoio, a confiança e a colaboração do Governo do Estado e dos demais Acionistas, bem como do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, que foram fundamentais para o andamento das atividades. Finalmente, agradece também aos funcionários que de forma consciente abraçaram o desafio das novas diretrizes para se fazer cumprir a missão da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A.

Palmas - TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA

Diretora Operacional

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2020 e 31 de dezembro de 2019

		Em R\$ mil	
ATIVO	Notas	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		16.649	13.066
DISPONIBILIDADES	3.a	14	18
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.1	9.653	6.028
LIVRES		9.653	6.028
Cotas de Fundos de Investimento		9.653	4.301
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculado ao Banco Central		-	1.727
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.072	2.164
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	4.2 a	2.920	3.242
(-) Provisão para Operações de Crédito	4.2 d	(848)	(1.078)
OUTROS CRÉDITOS		63	1
OUTROS VALORES E BENS	4.3	4.847	4.855
Bens Não de Uso Próprio		4.893	4.893
(-) Prov. Desv.Outros Valores e Bens		(104)	(104)
Outros Bens		58	66
NÃO - CIRCULANTE		10.559	2.835
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.084	2.318
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		6.440	84
LIVRES		6.440	84
Títulos de Renda Fixa - LFT	4.1	6.440	84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.2 a	3.644	2.234
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		3.644	2.234
PERMANENTE		475	517
INVESTIMENTOS		1	1
IMOBILIZADO DE USO - Líquido	4.4	459	501
Imobilizado de Uso		1.709	1.683
Depreciações Acumuladas		(1.250)	(1.182)
INTANGÍVEL - Líquido	4.4	15	15
Ativos Intangíveis		224	224
Amortizações Acumuladas		(209)	(209)
TOTAL DO ATIVO		27.208	15.901

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2020 e 31 de dezembro de 2019

			Em R\$ mil
PASSIVO	Notas	30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		803	507
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	79	-
FUNGETUR		79	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES		724	507
Cobranças e arrecadações		-	4
Fiscais e Previdenciárias		153	127
Contingências Passivas	15	114	114
Diversas		457	262
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.247	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	5.247	-
FUNGETUR		5.247	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.158	15.394
CAPITAL		35.796	28.494
De Domiciliados no País	6.1	40.103	28.533
Ações Ordinárias		40.103	28.533
CAPITAL A REALIZAR (-)		(4.307)	(39)
Capital a Realizar (-)		(4.307)	(39)
RESERVAS DE LUCROS		153	153
PREJUÍZO ACUMULADOS		(14.791)	(13.253)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.208	15.901

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Findos em 30 de junho 2020 e 2019

		Em R\$ mil	
DISCRIMINAÇÃO	Notas	2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		712	797
Operações de Crédito	7	576	612
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7	136	185
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(185)	(709)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(452)	(649)
Provisão desvalorização de outros valores e bens		-	(104)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		296	44
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(29)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		527	88
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.065)	(2.088)
Receitas de Prestação de Serviços	7	68	8
Despesas de Pessoal e Honorários	8	(1.368)	(1.143)
Outras Despesas Administrativas	8	(694)	(814)
Despesas Tributárias	8	(56)	(75)
Outras Receitas Operacionais		10	20
Outras Despesas Operacionais	8	(25)	(84)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.538)	(2.000)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.538)	(2.000)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.538)	(2.000)
Nº de Ações:		6.000.000	6.000.000
Lucro Líquido por ação:		(0,256)	(0,333)
Valor Patrimonial da Ação		3,53	2,57

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Findos em 30 de junho 2020 e 2019

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil	
		2020	2019
RESULTADO LÍQUIDO	9	(1.538)	(2.000)
Outros resultados abrangetes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(1.538)	(2.000)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Findos em 30 de junho 2020 e 2019

Em R\$ mil				
Discriminação	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	26.789	153	(9.941)	17.001
Resultado do período	-	-	(2.000)	(2.000)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	26.789	153	(11.941)	15.001
MUTAÇÕES DO PERÍODO			(2.000)	(2.000)
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	1.710			1.710
(-) Capital a Realizar	(5)			(5)
Resultado do período			(1.286)	(1.286)
Ajuste de exercício anterior			(26)	(26)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	11.569			-
(-) Capital a Realizar	(4.269)			
Capital Realizado	2			
Resultado do período			(1.538)	(1.538)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	35.796	153	(14.791)	21.158
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7.302	-	(1.538)	(1.538)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ: 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Findos em 30 de junho 2020 e 2019
Metodo Indireto

	Em R\$ mil	
DISCRIMINAÇÃO	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.928)	(303)
Prejuízo Líquido do semestre	(1.538)	(2.000)
Ajustes para reconciliar o resultado liq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais:		
Depreciação e amortização	68	135
Baixa do Imobilizado	-	-
Prejuízo ajustado	(1.470)	(1.865)
Redução (aumento) de ativos	(6.001)	1.427
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários	(4.629)	(3)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(1.318)	1.373
Redução (aumento) dos Outros Créditos	(62)	(55)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	8	112
Aumento (redução) de passivos	5.543	135
Aumento (redução) Outras Obrigações	5.543	135
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	7.302	-
Aumento de capital	7.302	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(26)	-
Aplicações no imobilizado	(26)	-
Aplicações no intangível	-	-
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	5.348	(303)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do semestre	4.319	6.566
No fim do semestre	9.667	6.263
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	5.348	(303)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

Palmas-TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Diretora Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA
Diretor Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO
Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2020 e 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao 1º semestre de 2020, foi dada pela Diretoria em 15 de julho de 2020.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

d) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado ou estimado. Para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, é realizada somente a divulgação em notas explicativas e para processos classificados como perdas remotas, não é requerido provisão ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2020 e 2019 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	30/06/2020		31/12/2019	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
Titulos Públicos Federal - Vinculado ao Banco Central aumento de capital	01/03/2020	-	-	1.727	16
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	9.653	92	4.301	321
Total Circulante		9.653	92	6.028	337
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	5.832	39	-	-
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	608	5	84	4
Total Não Circulante		6.440	44	84	4
Total de Títulos e Valores Mobiliários		16.093	136	6.112	341

Os valores de R\$ 5.832 (mil) e R\$ 608 (mil) registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 547 títulos com vencimento em 01/09/2021 e 57 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento. A aplicação de R\$ 9.653 (mil) em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 1,50% correspondente a 86% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:

a) Composição por atividade econômica:

Setor Privado	30/06/2020			31/12/2019		
	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	1.821	1.628	3.449	2.445	1.397	3.842
Agronegócio	-	-	-	-	-	-
Microcrédito	1.086	1.208	2.294	789	837	1.626
Turismo	3	787	790	8	-	8
Indústria	10	21	31	-	-	-
Total	2.920	3.644	6.564	3.242	2.234	5.476

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	30/06/2020		31/12/2019	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	91	1	197	3
A	Até 14 dias	1.099	17	712	13
B	15 e 30 dias	2.067	31	1.303	24
C	31 e 60 dias	1.895	29	2.064	38
D	61 e 90 dias	308	5	90	2
E	91 e 120 dias	397	6	116	2
F	121 e 150 dias	142	2	76	1
G	151 e 180 dias	69	1	-	-
H	Acima de 180 dias	496	8	918	17
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		6.564	100	5.476	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	30/06/2020		31/12/2019	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	91	-	197	-
A	1.099	-	712	-
B	1.893	174	1.287	16
C	1.456	439	1.205	859
D	-	308	-	90
E	12	385	30	86
F	13	129	42	34
G	-	69	-	-
H	-	496	-	918
TOTAL	4.564	2.000	3.473	2.003

d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2020		31/12/2019	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	-	91	-	197	-
A	0,5	1.099	5	712	3
B	1	2.067	21	1.303	13
C	3	1.895	57	2.064	62
D	10	308	31	90	9
E	30	397	119	116	35
F	50	142	71	76	38
G	70	69	48	-	-
H	100	496	496	918	918
TOTAL		6.564	848	5.476	1.078

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no Início do Período	1.077	581
Constituição da Provisão	539	1.374
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(681)	(488)
(-) Reversão de Provisão	(87)	(389)
Saldo no Fim do Período	848	1.078

f) Créditos renegociados:

	30/06/2020	30/06/2019
Renegociação	-	38

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo no Início do Período	2.465	581
Créditos Baixados como Prejuízo	681	768
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(296)	(197)
(-) Descontos	(24)	(119)
Saldo no Fim do Período	2.826	1.033

h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3 - Outros Valores e Bens:

	30/06/2020	31/12/2019
OUTROS VALORES E BENS	4.847	4.855
Bens não de uso próprio	4.789	4.789
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.040	2.040
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	1.110	1.110
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	994	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	930
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	237
29/09/2017 (E) (-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central nº 22	-418	-418
Material em Estoque	56	62
Material consumo em Estoque	56	62
Despesas antecipadas	2	4
Prêmio Seguro	2	4
(-) Provisão Desvalorização Outros Valores e Bens	-104	-104
Outros Valores e Bens	-104	-104

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil).

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas -TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil).

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, com uma área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil).

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/2000, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil).

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.3, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

4.4 – NÃO CIRCULANTE - Imobilizado e Intangível de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:

Descrição	Instalações	Móveis e Equipamentos	Veículos	TOTAL
Custo				
<u>em 31 de dezembro de 2019</u>	350	1.123	209	1.683
Adições	0	26	0	26
(-) Baixas	0	0	0	0
<u>em 30 de junho de 2020</u>	<u>350</u>	<u>1.149</u>	<u>209</u>	<u>1.709</u>
Depreciação Acumulada				
<i>Taxa de Depreciação anual</i>	10%	10 e 20%	20%	
<u>em 31 de dezembro de 2019</u>	(158)	(855)	(170)	(1.182)
Depreciação Trimestral	(14)	(40)	(15)	(68)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0
<u>em 30 de junho de 2020</u>	<u>(171)</u>	<u>(894)</u>	<u>(184)</u>	<u>(1.250)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	179	255	25	459
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	193	268	39	500
Valor Contábil em 30 de junho de 2019	210	292	54	556

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
em 31 de dezembro de 2019	224	224
Adições	0	0
(-) Baixas	0	0
em 30 de junho de 2020	<u>224</u>	<u>224</u>
Amortização Acumulada		
Taxa de Amortização anual	20%	
em 31 de dezembro de 2019	(209)	(209)
Amortização Trimestral	0	0
(-) Baixas Amortizações	0	0
em 30 de março de 2020	<u>(209)</u>	<u>(209)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	15	15
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	15	15
Valor Contábil em 30 de junho de 2019	15	15

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2020 e 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.

5- PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 786 (mil), conforme distribuição abaixo:

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
Recurso - FUNGETUR	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Fungetur Capital de Giro	70	716	786	-	-	-
Total	70	716	786	-	-	-

6 - PATRIMONIO LÍQUIDO

6.1 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social subscrito em 30 de junho de 2020 é de R\$ 40.103 (mil) e integralizado é de 35.796 (mil), dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	39.862.188,84	35.662.188,84	4.200.000,00
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FIETO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FAET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	26.823,13	13.279,68
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FACIET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	11.393,15	28.709,66
SICON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	9.682,89	30.419,92
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	40.102.805,70	35.795.688,18	4.307.117,52

b) Alteração do Capital no 1º. Semestre de 2020: Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de abril de 2020, aporte de capital no valor de R\$ 11.569 mil, provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações. Até 30 de junho de 2020, deste montante foi integralizado R\$ 7.300 mil e a integralizar R\$ 4.269 mil.

7 - RECEITAS

A composição das receitas do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30/06/2020	30/06/2019
Operação de crédito	576	612
Operações com títulos e valores mobiliários	136	185
Subtotal	712	797
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	30/06/2020	30/06/2019
Receita de prestação de serviços	68	8
Outras receitas operacionais	10	20
Subtotal	78	28
Totais	790	825

8 - DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30/06/2020	30/06/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(539)	(768)
Provisão desvalorização de outros valores e bens	0	(104)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	87	119
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	296	44
Despesa de Obrigação por empréstimo e repasses	(29)	0
Subtotal	(185)	(753)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	30/06/2020	30/06/2019
Pessoal e Honorários	(1.368)	(1.143)
Outras despesas administrativas	(694)	(814)
Tributárias	(56)	(75)
Outras despesas operacionais	(25)	(84)
Total de Outras Despesas Operacionais	(2.143)	(2.116)
(-) Outras Receitas Operacionais - Nota 7	78	28
Total de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.065)	(2.088)

9 - RESULTADO DO PERÍODO

No 1º Semestre as receitas totalizaram R\$ 1.173 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo, apresentando um aumento de 18% sobre o mesmo período do semestre anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 2.711 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa e despesa de obrigação por empréstimo e repasses, com uma redução de 9% em comparação com o semestre anterior.

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado do Semestre	(1.538)	(2.000)

10 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2020, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 3.742 (mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.105 (mil), o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

12 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela

Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

13 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Tocantins e nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

14 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 38 funcionários, sendo 35 celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 3 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.

15 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ao final do exercício de 2019 e quando do fechamento deste 1º. Semestre de 2020, permanece a mesma posição jurídica sobre as contingências apresentadas, incluídas em “Outras Obrigações – Diversas”.

CONTINGÊNCIAS PASSIVA	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado (R\$) mil	Valor Estimado (R\$) mil
				30/06/2020	31/12/2019
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Agronegócio	08.03.2012	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	26	26
Contingência Civil passiva - (Ação de Indenização)	Microcrédito	11.10.2012	PROVÁVEL	31	31
Contingência Civil passiva - (Ação declaratória de Inexistência de Dívida c/c Recuperação de Danos)	Microcrédito	12.08.2013	PROVÁVEL	20	20
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Comércio	14.03.2014	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	32	32
Contingência Trabalhista passiva - (Reclamação Trabalhista)	—	05.07.2017	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	5	5
TOTAL				114	114

16 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.

16.1 Risco de Liquidez

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

16.2 Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

16.3 Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

16.3.1 Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I. monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II. avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III. planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

16.3.2 Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;
- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

16.4 Programa de Testes de Estresse

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva o Programa de Testes de Estresse, que é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidência, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

16.5 Declaração de Apetite a Riscos - RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Apetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua;

16.6 Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.

17. Eventos Subsequentes

A Agência de Fomento analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação, tendo em vista que possíveis impactos econômicos advindos da pandemia do COVID 19 em nossas atividades só poderiam trazer reflexos consideráveis, em datas futuras, não tendo base concreta ou confiável para demonstra-los neste momento. Isto posto, no nosso entendimento, não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis intermediárias.

Palmas-TO, 31 de julho de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES

Diretora-Presidente

AGUIDA RAQUEL FIRMINO DA SILVA

Diretora Operacional

ANTONIEL PONTES FERNANDES FILHO

Coordenador de Contabilidade e Finanças
CRC TO 003075/O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 1º SEMESTRE DE 2020

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis – 1º Semestre de 2020

Sumário

➤ Relatório de Revisão do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis.....	1-3
➤ Balanço Patrimonial.....	4-5
➤ Demonstração do Resultado do Exercício.....	6
➤ Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	7
➤ Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	8
➤ Demonstração do Fluxo de Caixa.....	9
➤ Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	10-25

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Senhores,
ACIONISTAS E CONSELHEIROS DA
AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A
Palmas/TO

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, que compreendem o balanço patrimonial do semestre findo em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa para o período findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto os efeitos que venha a ocorrer no assunto apontado no parágrafo, “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e o seu fluxo de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em conformidade com a nota 4.3, nos exercícios de 2016 e 2017 a Agência recebeu a título de dação em liquidação de empréstimos e financiamentos, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen nº. 909 e 1273, totalizando o valor líquido de R\$ 4.789 (mil), registrados a título de “Bens não de Uso Próprio”. Esses bens imóveis foram levados à leilões por várias tentativas, sem o devido êxito. Devido a retração do mercado imobiliário, agravado pelo momento atual da COVID-19, os valores atribuídos pelas avaliações anteriores, denotam sinais evidentes de maiores desvalorizações, havendo a necessidade de realização de novas avaliações para o reconhecimento de prováveis perdas (teste de “*impairment*”), fato não realizado pela Agência até a data do fechamento de nossos exames. Diante disso, não temos como opinar, como não opinamos, sobre os efeitos que uma nova avaliação desses bens poderia ocasionar no prejuízo apurado no semestre, como também das mutações do patrimônio líquido e nos fluxos de caixa da empresa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador



e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da **AGÊNCIA FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras.

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S/A** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções



relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal(RN), 04 de setembro de 2020.



CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S
Auditores independentes
CRC/RN 0113/O



Olegário Mariano Prestrelo Marinho
Contador - Responsável Técnico
CRC/PE nº 9702 "T" RN

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ N° 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2020 e 31 de dezembro de 2019

ATIVO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		16.649	13.066
DISPONIBILIDADES	3.a	14	18
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	4.1	9.653	6.028
LIVRES		9.653	6.028
Cotas de Fundos de Investimento		9.653	4.301
Títulos de Renda Fixa - LFT - Vinculado ao Banco Central		-	1.727
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		2.072	2.164
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado	4.2 a	2.920	3.242
(-) Provisão para Operações de Crédito	4.2 d	(848)	(1.078)
OUTROS CRÉDITOS		63	1
OUTROS VALORES E BENS	4.3	4.847	4.855
Bens Não de Uso Próprio		4.893	4.893
(-) Prov. Desv.Outros Valores e Bens		(104)	(104)
Outros Bens		58	66
NÃO - CIRCULANTE		10.559	2.835
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		10.084	2.318
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS		6.440	84
LIVRES		6.440	84
Títulos de Renda Fixa - LFT	4.1	6.440	84
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	4.2 a	3.644	2.234
Empréstimos e Financiamentos - Setor Privado		3.644	2.234
PERMANENTE		475	517
INVESTIMENTOS		1	1
IMOBILIZADO DE USO - Líquido	4.4	459	501
Imobilizado de Uso		1.709	1.683
Depreciações Acumuladas		(1.250)	(1.182)
INTANGÍVEL - Líquido	4.4	15	15
Ativos Intangíveis		224	224
Amortizações Acumuladas		(209)	(209)
TOTAL DO ATIVO		27.208	15.901

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
BALANÇO PATRIMONIAL
Findos em 30 de junho 2020 e 31 de dezembro de 2019

PASSIVO	Notas	Em R\$ mil	
		30/06/2020	31/12/2019
CIRCULANTE		803	507
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	79	-
FUNGETUR		79	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES		724	507
Cobranças e arrecadações		-	4
Fiscais e Previdenciárias		153	127
Contingências Passivas	15	114	114
Diversas		457	262
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		5.247	-
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTIT. OFICIAIS	5	5.247	-
FUNGETUR		5.247	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		21.158	15.394
CAPITAL		35.796	28.494
De Domiciliados no País	6.1	40.103	28.533
Ações Ordinárias		40.103	28.533
CAPITAL A REALIZAR (-)		(4.307)	(39)
Capital a Realizar (-)		(4.307)	(39)
RESERVAS DE LUCROS		153	153
PREJUÍZO ACUMULADOS		(14.791)	(13.253)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		27.208	15.901

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Findos em 30 de junho 2020 e 2019

DISCRIMINAÇÃO	Notas	Em R\$ mil	
		2020	2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		712	797
Operações de Crédito	7	576	612
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	7	136	185
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(185)	(709)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	(452)	(649)
Provisão desvalorização de outros valores e bens		-	(104)
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo		296	44
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses		(29)	-
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		527	88
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(2.065)	(2.088)
Receitas de Prestação de Serviços	7	68	8
Despesas de Pessoal e Honorários	8	(1.368)	(1.143)
Outras Despesas Administrativas	8	(694)	(814)
Despesas Tributárias	8	(56)	(75)
Outras Receitas Operacionais		10	20
Outras Despesas Operacionais	8	(25)	(84)
RESULTADO OPERACIONAL		(1.538)	(2.000)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ LUCRO E PARTICIPAÇÕES		(1.538)	(2.000)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-
Provisão para Imposto de Renda		-	-
Provisão para Contribuição Social		-	-
PREJUÍZO DO PERÍODO		(1.538)	(2.000)
Nº de Ações:		6.000.000	6.000.000
Lucro Líquido por ação:		(0,256)	(0,333)
Valor Patrimonial da Ação		3,53	2,57

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Findos em 30 de junho 2020 e 2019

DISCRIMINAÇÃO	Notas	2020	Em R\$ mil
			2019
RESULTADO LÍQUIDO	9	(1.538)	(2.000)
Outros resultados abrangentes		-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL		(1.538)	(2.000)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Findos em 30 de junho 2020 e 2019

Discriminação	Em R\$ mil			
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS - RESERVA LEGAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	26.789	153	(9.941)	17.001
Resultado do período	-	-	(2.000)	(2.000)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2019	26.789	153	(11.941)	15.001
MUTAÇÕES DO PERÍODO			(2.000)	(2.000)
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	1.710			1.710
(-) Capital a Realizar	(5)			(5)
Resultado do período			(1.286)	(1.286)
Ajuste de exercício anterior			(26)	(26)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	28.494	153	(13.253)	15.394
Aumento de Capital - Aprovação BACEN	11.569			-
(-) Capital a Realizar	(4.269)			
(-) Capital a Realizar	2			
Resultado do período			(1.538)	(1.538)
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2020	35.796	153	(14.791)	21.158
MUTAÇÕES DO PERÍODO	7.302	-	(1.538)	(1.538)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
Instituição Financeira Autorizada Pelo Banco Central do Brasil em 22/11/2002
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Findos em 30 de junho 2020 e 2019
Metodo Indireto

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil	
	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(1.928)	(303)
Prejuízo Líquido do semestre	(1.538)	(2.000)
Ajustes para reconciliar o resultado liq. ao caixa gerado pelas Ativ. operacionais:		
Depreciação e amortização	68	135
Baixa do Imobilizado	-	-
Prejuízo ajustado	(1.470)	(1.865)
Redução (aumento) de ativos	(6.001)	1.427
Redução (aumento) dos Títulos e Valores Mobiliários	(4.629)	(3)
Redução (aumento) das Operações de Crédito	(1.318)	1.373
Redução (aumento) dos Outros Créditos	(62)	(55)
Redução (aumento) dos Outros Valores e Bens	8	112
Aumento (redução) de passivos	5.543	135
Aumento (redução) Outras Obrigações	5.543	135
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	7.302	-
Aumento de capital	7.302	-
	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(26)	-
Aplicações no imobilizado	(26)	-
Aplicações no intangível	-	-
Aumento/(redução) do Caixa e equivalentes de caixa no período	5.348	(303)
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO(REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do semestre	4.319	6.566
No fim do semestre	9.667	6.263
Aumento/(Redução) do caixa e equivalentes de caixa	5.348	(303)

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis



AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A
CNPJ Nº 05.474.540/0001-20
Notas Explicativas da Administração às
Demonstrações Contábeis em 30 de junho de 2020 e 2019
(valores expressos em milhares de reais, exceto quando expresso)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

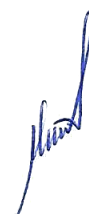
A **AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO TOCANTINS S.A**, pessoa jurídica de direito privado, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, de capital fechado, regida pela Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76 e suas alterações, integrante da Administração Pública Indireta do Estado de Tocantins, constituída com base na Lei Estadual nº 1.298/2002. É uma instituição financeira subordinada à supervisão e fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua Legislação e regulamentação são submetidas ao disposto na Lei Federal nº 4.595/64, de 31.12.64, e alterações posteriores, relativas ao Sistema Financeiro Nacional.

Tem por objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido Estado, mediante operações de empréstimo, financiamento e prestação de garantia, com recursos próprios ou de terceiros, bem como, a realização de quaisquer outras operações ou atividades típicas da Agência.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras de 30 de Junho de 2020 e 2019 foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, observadas ainda a nomenclatura e classificação padronizada pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), porém nem todas foram homologadas pelo Banco Central do Brasil. Sendo assim, estão observados nas Demonstrações Contábeis da Agência os seguintes pronunciamentos das normas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis; CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamentos Baseados em Ações, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 - Evento Subsequente, CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados - Os demais pronunciamentos técnicos não citados, enquanto não recepcionados por ato específicos do Conselho Monetário Nacional, não podem ser aplicados.



Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Com isso ainda não é possível quantificar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da Agência de Fomento.

A autorização para o fechamento das Demonstrações Financeiras da Instituição, referente ao 1º semestre de 2020, foi dada pela Diretoria em 15 de julho de 2020.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

a) Disponibilidade - Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins de Demonstração de Fluxo de Caixa, caixa e equivalente de caixa corresponde aos saldos de disponibilidades, que são utilizados para atendimento dos compromissos imediatos.

b) Títulos e Valores Mobiliários

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício. Os títulos de Aplicação em Fundo de Investimentos são para negociação imediata e as LFT são mantidas até o vencimento, objetivando resguardar o efeito da variação do valor de mercado e a atual prática de contabilização.

c) Operações de Crédito

As operações de crédito são classificadas de acordo com as normas do Banco Central quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução n.º 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, se inadimplentes, permanecem nessa classificação por até seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de créditos que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H” e os



eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

A provisão para risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende aos critérios estabelecidos pelo Banco Central do Brasil – por meio da Resolução n.º 2.682.

d) Ativo Permanente

O ativo permanente está registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens considerando as taxas mínimas anuais definidas pelo BACEN e divulgadas abaixo:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e de segurança;
- 20% para sistema de processamento de dados e de transporte

Os valores registrados no Intangível referem-se aos gastos com a implantação de sistemas e são amortizados levando em conta o vencimento final dos contratos.

e) Demais Ativos e Passivos

São demonstrados pelo custo, acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Circulante e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

f) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%. A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 15% sobre o lucro real, na forma da legislação vigente.

g) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS

As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4% respectivamente e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da lei nº 12.715 de 17 de setembro de 2012 as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos.

h) Passivos contingentes

São avaliados e reconhecidos em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, com base no parecer da Diretoria Jurídica, sobre prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujo valor de perda possa ser determinado



ou estimado. Para os processos classificados como de perda possível onde não requer a provisão, é realizada somente a divulgação em notas explicativas e para processos classificados como perdas remotas, não é requerido provisão ou divulgação.

i) Apresentação do Resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência, que estabelece que receitas e despesas devem ser apropriadas nos períodos em que ocorrerem.

4 - ATIVO

4.1 - Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de Títulos e Valores Mobiliários apresenta saldo em 30 de junho de 2020 e 2019 conforme abaixo, visando inclusive, cumprir ao determinado na Resolução nº 2.828 do BACEN, no que trata da aplicação em Títulos Públicos Federais.

Categoria	Prazos	30/06/2020		31/12/2019	
		Saldo	Receitas	Saldo	Receitas
Títulos Públicos Federal - Vinculado ao Banco Central aumento de capital	01/03/2020	-	-	1.727	16
Fundo Invest. Renda Fixa.	Sem vencimento	9.653	92	4.301	321
Total Circulante		9.653	92	6.028	337
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/09/2021	5.832	39	-	-
LFT – Letras Financeiras do Tesouro	01/03/2023	608	5	84	4
Total Não Circulante		6.440	44	84	4
Total de Títulos e Valores Mobiliários		16.093	136	6.112	341

Os valores de R\$ 5.832 (mil) e R\$ 608 (mil) registrados em Letras Financeiras do Tesouro correspondem respectivamente a 547 títulos com vencimento em 01/09/2021 e 57 títulos com vencimento em 01/03/2023. Os referidos títulos são remunerados pela taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados pela SELIC para títulos públicos federais, com resgate do principal em parcela única, na data do vencimento.

A aplicação de R\$ 9.653 (mil) em Cotas de Fundos de Investimento de renda fixa obteve uma rentabilidade no semestre de 1,50% correspondente a 86% do CDI.

4.2 - Operações de Crédito

As operações de crédito da Agência estão devidamente classificadas nos níveis de risco definidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN. As principais informações relacionadas às operações de crédito estão demonstradas a seguir:



a) Composição por atividade econômica:

	<u>30/06/2020</u>			<u>31/12/2019</u>		
Setor Privado	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Comércio/Serviços	1.821	1.628	3.449	2.445	1.397	3.842
Agronegócio	-	-	-	-	-	-
Microcrédito	1.086	1.208	2.294	789	837	1.626
Turismo	3	787	790	8	-	8
Indústria	10	21	31	-	-	-
Total	2.920	3.644	6.564	3.242	2.234	5.476

b) Composição por nível de risco e faixa de vencimento:

Nível de Risco	Faixa de Atraso	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
		Valor	%	Valor	%
AA	-	91	1	197	3
A	Até 14 dias	1.099	17	712	13
B	15 e 30 dias	2.067	31	1.303	24
C	31 e 60 dias	1.895	29	2.064	38
D	61 e 90 dias	308	5	90	2
E	91 e 120 dias	397	6	116	2
F	121 e 150 dias	142	2	76	1
G	151 e 180 dias	69	1	-	-
H	Acima de 180 dias	496	8	918	17
TOTAL DA CARTEIRA ATIVA		6.564	100	5.476	100

c) Composição vincendas e vencidas:

Classificação - Nível de Risco	<u>30/06/2020</u>		<u>31/12/2019</u>	
	Vincendas	Vencidas	Vincendas	Vencidas
AA	91	-	197	-
A	1.099	-	712	-
B	1.893	174	1.287	16
C	1.456	439	1.205	859
D	-	308	-	90
E	12	385	30	86
F	13	129	42	34
G	-	69	-	-
H	-	496	-	918
TOTAL	4.564	2.000	3.473	2.003



d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

Classificação - Nível de Risco	Provisão %	30/06/2020		31/12/2019	
		Total das Operações	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão
AA	-	91	-	197	-
A	0,5	1.099	5	712	3
B	1	2.067	21	1.303	13
C	3	1.895	57	2.064	62
D	10	308	31	90	9
E	30	397	119	116	35
F	50	142	71	76	38
G	70	69	48	-	-
H	100	496	496	918	918
TOTAL		6.564	848	5.476	1.078

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	30/06/2020	31/12/2019
Saldo no Início do Período	1.077	581
Constituição da Provisão	539	1.374
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(681)	(488)
(-) Reversão de Provisão	(87)	(389)
Saldo no Fim do Período	848	1.078

f) Créditos renegociados:

	30/06/2020	30/06/2019
Renegociação	-	38

g) Créditos baixados como prejuízo e recuperados:

	30/06/2020	30/06/2019
Saldo no Início do Período	2.465	581
Créditos Baixados como Prejuízo	681	768
(-) Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(296)	(197)
(-) Descontos	(24)	(119)
Saldo no Fim do Período	2.826	1.033



h) Garantias:

Como instrumento de mitigação do risco de crédito dos financiamentos concedidos, a FOMENTO TOCANTINS aceita de forma isolada ou cumulativamente garantias reais e fidejussórias. Nas operações de créditos com o setor privado são aceitas garantias reais em alienação fiduciária de bens móveis e imóveis, penhor de direitos e títulos de crédito.

4.3 - Outros Valores e Bens

	30/06/2020	31/12/2019
OUTROS VALORES E BENS	4.847	4.855
<u>Bens não de uso próprio</u>	4.789	4.789
23/12/2016 (A) Prédio comercial ACCVSE 13 AV. LO-03, Palmas-TO	2.040	2.040
23/12/2016 (A) Lote HM1.2 E QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	1.110	1.110
26/04/2017 (B) Lote HM1.2 F QD Arse 33 Av. LO-07, Palmas-TO	994	994
21/09/2017 (C) Lote terra área rural TO-010 KM 24 - Fazenda Landi, Palmas-TO	930	930
29/09/2017 (D) Apartamento 103 e 403 bloco A - Residencial Santiago Palmas-TO	237	237
29/09/2017 (E) (-) Ajuste contábil conforme apontamento Banco Central nº 22	-418	-418
Material em Estoque	56	62
Material consumo em Estoque	56	62
Despesas antecipadas	2	4
Prêmio Seguro	2	4
(-) Provisão Desvalorização Outros Valores e Bens	-104	-104
Outros Valores e Bens	-104	-104

A - Em dezembro de 2016, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um Prédio Comercial Localizado na ACCVSE 13, situado na Avenida LO-03, Loteamento Palmas, em Palmas, com área de 687,20 m² dos quais estão averbadas 480,0 m², e os outros 207,20 m² constituindo-se em mezanino – benfeitorias não averbadas, avaliado em limite inferior R\$ 1.979 (mil) e limite superior R\$ 2.188 (mil); b) um Lote de Terras para construção urbana de número HM 1.2 E, situada na Qd ARSE 33, conjunto Lotes HM, Av. LO-07, loteamento Palmas/TO, com área total de 1.798,383 m², avaliado em limite inferior R\$ 940 (mil) e limite superior R\$ 989 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 3.150 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 36 (mil).

B - Em março de 2017, a Agência assinou um Instrumento Particular de Assunção de Dívida e Outras Avenças, referente alienação fiduciária junto ao Banco Intermedium S/A, registrada no imóvel dado como Dação de pagamento em dezembro de 2016, valor da dívida paga em abril de 2017, R\$ 994 (mil), como contraprestação da assunção da dívida foi dado em dação de pagamento um lote de terras pra construção urbana de número HM-1.2-F, da quadra ARSE 33, conjunto lotes HM, situado à Avenida LO-07, do loteamento Palmas, em Palmas -TO, com área de 1.683,214 m², avaliado em RS 1.010 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”,



foi realizada novas avaliações desses bens a preço de mercado, procedendo-se provisionamento de desvalorização a preço de mercado, no valor de R\$ 68 (mil).

C - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: Um lote de terras área rural situada na TO – 010 KM 24 – Desmembrada 04 – Fazenda Landi – Loteamento Água Fria – Palmas Estado do Tocantins, com uma área de 6,1988ha, com área de reserva legal de 02,1696ha, devidamente averbada sob nº AV03-62.319, Imóvel matriculado sob nº 88.223 de 04/05/2005, avaliada em limite inferior R\$ 900 (mil) e limite superior R\$ 1.027 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 930 (mil). Em setembro de 2018, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 391 (mil).

D - Em setembro de 2017, a Agência recebeu a título de Dação em pagamento de dívida, bens imóveis dentro das especificações da Circular Bacen 909, item 1.a.I, b.I/IV; Circ. 1273, correspondente ao valor avaliado por Laudo Pericial de Imóveis de: a) um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 103 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, feita em 19/06/200, avaliado em limite inferior R\$ 124 (mil) e limite superior R\$ 137 (mil); b) Um apartamento de construção urbana residencial denominada apartamento 403 Bloco A do condomínio “RESIDENCIAL SANTIAGO” situado a alameda 21, lote 08, conjunto HM-02, da Quadra ARSO 102, do loteamento Palmas, com área privativa total de 60.73m², área de uso comum total de 65.8412m², área total de 126.57116m², fração ideal de 3.121322%, correspondente a 79.95266m², da área do terreno, com matrícula nº 48.620, avaliado em limite inferior R\$ 134 (mil) e limite superior R\$ 148 (mil), atribuindo-se o registro mediano da dívida no valor global de R\$ 237 (mil). Em junho de 2019, a título de teste de “impairment”, foi realizada novas avaliações desse bem a preço de mercado, não havendo necessidade de ajustamentos nos registros contábeis desse imóvel, por existir um ganho de valor de mercado, no valor de R\$ 61 (mil).

E - Em apontamentos feitos pelo Banco Central do Brasil, através do Ofício 19357/2018-BCB/DESUC, datado de 1º de outubro de 2018, foi requerido o reconhecimento de estimativa de perda ao valor recuperável desses imóveis (referenciados no quadro 4.3, itens “A”, “C” e “D”) no montante de R\$ 418 (mil), por estarem superior ao valor registrado das respectivas operações (Cosif), reconhecido no resultado como despesas não operacionais.

4.4 – NÃO CIRCULANTE - Imobilizado e Intangível de Uso

Demonstrada a seguir, a movimentação e composição dos ativos Imobilizados de Uso e Intangível:



Descrição	Instalações	Móveis e Equipamentos	Veículos	TOTAL
Custo				
<u>em 31 de dezembro de 2019</u>	350	1.123	209	1.683
Adições	0	26	0	26
(-) Baixas	0	0	0	0
<u>em 30 de junho de 2020</u>	<u>350</u>	<u>1.149</u>	<u>209</u>	<u>1.709</u>
Depreciação Acumulada				
<i>Taxa de Depreciação anual</i>	10%	10 e 20%	20%	
<u>em 31 de dezembro de 2019</u>	(158)	(855)	(170)	(1.182)
Depreciação Trimestral	(14)	(40)	(15)	(68)
(-) Baixas Depreciação	0	0	0	0
<u>em 30 de junho de 2020</u>	<u>(171)</u>	<u>(894)</u>	<u>(184)</u>	<u>(1.250)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	179	255	25	459
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	193	268	39	500
Valor Contábil em 30 de junho de 2019	210	292	54	556

Descrição	Software	TOTAL
Custo		
<u>em 31 de dezembro de 2019</u>	224	224
Adições	0	0
(-) Baixas	0	0
<u>em 30 de junho de 2020</u>	<u>224</u>	<u>224</u>
Amortização Acumulada		
<i>Taxa de Amortização anual</i>	20%	
<u>em 31 de dezembro de 2019</u>	(209)	(209)
Amortização Trimestral	0	0
(-) Baixas Amortizações	0	0
<u>em 30 de março de 2020</u>	<u>(209)</u>	<u>(209)</u>
Valor Contábil em 30 de junho de 2020	15	15
Valor Contábil em 31 de dezembro de 2019	15	15
Valor Contábil em 30 de junho de 2019	15	15

Os bens do imobilizado e intangível são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, primariamente utilizando o contexto de indícios internos e externos que interfiram na recuperação desses ativos, com base sempre em eventos ou alterações significativas, que indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Os resultados encontrados nos levantamentos realizados, referentes ao balanço de 30 de junho de 2020 e 2019, com base nas premissas conhecidas, não apontaram a necessidade de ajuste contábil de "impairment" na AGÊNCIA.



5 - PASSIVO – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, firmou contrato de credenciamento com o Ministério do Turismo no valor de R\$ 10.634 (mil), conforme contrato 001/2019, Processo nº 72031.002395/2019-47 e 72031.013504/2019-51, como objeto a prestação de serviços, na intermediação das operações de financiamentos para empresas do segmento de turismo, devidamente cadastradas no Cadastro de Prestadores de Serviços Turismo do MTur – Cadastur.

Os recursos do FUNGETUR disponibilizados enquanto não desembolsados aos mutuários, bem como as parcelas referentes às amortizações dos financiamentos enquanto não repassadas ao FUNGETUR, serão remunerados, pro rata die, pela taxa SELIC.

A partir do desembolso dos financiamentos aos mutuários, até as datas estipuladas para as amortizações desses financiamentos, incidirá atualização monetária, pro rata die, com base na variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro que legalmente venha a substituí-lo. O valor é devido ao FUNGETUR pelos mutuários, sendo recolhido pela Agência de Fomento.

Do montante contratual no *caput*, foi disponibilizado no dia 09/04/2020 o valor de R\$ 5.317 (mil), havendo negociações de financiamentos junto a mutuários no valor de R\$ 786 (mil), conforme distribuição abaixo:

	30/06/2020			31/12/2019		
Recurso - FUNGETUR	Até 360	Acima 360	Total	Até 360	Acima 360	Total
Fungetur Capital de Giro	70	716	786	-	-	-
Total	70	716	786	-	-	-

6 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

6.1 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social: O Capital Social subscrito em 30 de junho de 2020 é de R\$ 40.103 (mil) e integralizado é de 35.796 (mil), dividido em 6.000 mil ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

ACIONISTAS	TIPO DE AÇÕES	% PARTIC.	QTDE DE AÇÕES	VALOR DE AÇÕES (em R\$)	CAPITAL INTEGRALIZADO	CAPITAL A INTEGRALIZAR
GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS	O.N.	99,4	5.964.000	39.862.188,84	35.662.188,84	4.200.000,00
SINDUSCON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FIETO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FAET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	26.823,13	13.279,68
FECOMÉRCIO	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	28.533,39	11.569,42
FACIET	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	11.393,15	28.709,66
SICON	O.N.	0,1	6.000	40.102,81	9.682,89	30.419,92
TOTAL DE AÇÕES		100	6.000.000	40.102.805,70	35.795.688,18	4.307.117,52



b) Alteração do Capital no 1º. Semestre de 2020: Foi homologado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de abril de 2020, aporte de capital no valor de R\$ 11.569 mil, provenientes de todos os acionistas, mantendo-se a proporcionalidade entre os acionistas da Instituição e sem emissão de ações. Até 30 de junho de 2020, deste montante foi integralizado R\$ 7.300 mil e a integralizar R\$ 4.269 mil.

7 - RECEITAS

A composição das receitas do semestre pode ser sinteticamente demonstrada na forma seguinte:

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30/06/2020	30/06/2019
Operação de crédito	576	612
Operações com títulos e valores mobiliários	136	185
Subtotal	712	797
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	30/06/2020	30/06/2019
Receita de prestação de serviços	68	8
Outras receitas operacionais	10	20
Subtotal	78	28
Totais	790	825

8 - DESPESAS

A composição das despesas do semestre:

DESPESA DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	30/06/2020	30/06/2019
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(539)	(768)
Provisão desvalorização de outros valores e bens	0	(104)
Reversão para créditos de liquidação duvidosa	87	119
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	296	44
Despesa de Obrigação por empréstimo e repasses	(29)	0
Subtotal	(185)	(753)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	30/06/2020	30/06/2019
Pessoal e Honorários	(1.368)	(1.143)
Outras despesas administrativas	(694)	(814)
Tributárias	(56)	(75)
Outras despesas operacionais	(25)	(84)
Total de Outras Despesas Operacionais	(2.143)	(2.116)
(-) Outras Receitas Operacionais - Nota 7	78	28
Total de Outras Receitas/Despesas Operacionais	(2.065)	(2.088)

9 - RESULTADO DO PERÍODO

No 1º Semestre as receitas totalizaram R\$ 1.173 (mil), incluindo as reversões e recuperações de créditos baixados como prejuízo, apresentando um aumento de 18% sobre o mesmo período do semestre anterior. As despesas totais alcançaram o valor de R\$ 2.711 (mil), incluindo as provisões para créditos de liquidação duvidosa e despesa de obrigação por empréstimo e repasses, com uma redução de 9% em comparação com o semestre anterior.

	30/06/2020	30/06/2019
Resultado do Semestre	(1.538)	(2.000)

10 - PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (Acordo de Basiléia)

Em 30/06/2020, o Patrimônio de Referência Exigido + Risco de Mercado para a Agência de Fomento, calculado com base em sua estrutura patrimonial e na ponderação de risco de seus ativos, foi de R\$ 3.742 (mil). A parcela do patrimônio líquido excedente ao mínimo exigido representa um grande potencial de alavancagem dos ativos, possibilitando a realização de novas operações até o montante de R\$ 10.105 (mil), o que propiciará intensificar a atuação da Agência de Fomento como indutora do desenvolvimento do Estado.

11 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Não tem sido prática da Agência de Fomento operar com derivativos financeiros. Os Demonstrativos de Fluxos de Caixa são elaborados pelo Método Indireto.

12 - SEGUROS

A Instituição objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

13 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Agência de Fomento do Estado do Tocantins tem como seu principal acionista o Governo do Estado de Tocantins e nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, não realizou transações de qualquer natureza com partes relacionadas.

14 - RECURSOS HUMANOS

O quadro atual de pessoal é composto por 38 funcionários, sendo 35 celetistas incluindo a Diretoria Executiva e 3 funcionários cedidos pelo Governo do Estado do Tocantins, acionista majoritário.



15 – CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

As declarações de rendimentos, outros impostos e contribuições sociais estão sujeitos à revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades tributárias. Entretanto, não existe auto de infração contra a Agência de Fomento, nem indicações de contingências relacionadas com quaisquer tributos, contribuições sociais e reclamações trabalhistas.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 e na Deliberação CVM nº 594/09, as quais aprovaram o Pronunciamento Contábil nº 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ao final do exercício de 2019 e quando do fechamento deste 1º. Semestre de 2020, permanece a mesma posição jurídica sobre as contingências apresentadas, incluídas em “Outras Obrigações – Diversas”.

CONTINGÊNCIAS PASSIVA	Linha de Crédito	Data de Protocolo	Posicionamento	Valor Estimado (R\$) mil	Valor Estimado (R\$) mil
				30/06/2020	31/12/2019
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Agronegócio	08.03.2012	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	26	26
Contingência Civil passiva - (Ação de Indenização)	Microcrédito	11.10.2012	PROVÁVEL	31	31
Contingência Civil passiva - (Ação declaratória de Inexistência de Dívida c/c Recuperação de Danos)	Microcrédito	12.08.2013	PROVÁVEL	20	20
Contingência Civil passiva - (Embargos à execução)	Comércio	14.03.2014	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	32	32
Contingência Trabalhista passiva - (Reclamação Trabalhista)	—	05.07.2017	PROVÁVEL / JULGADO PROCEDENTE EM PARTE	5	5
TOTAL				114	114

16 - GERENCIAMENTO DE RISCO

A Agência de Fomento adota modelo de gestão integrada de todos os riscos a que está exposta, sendo os mais relevantes os riscos de crédito, operacionais e de mercado.

A Gestão do Risco de Mercado tem como missão identificar, avaliar e mitigar a exposição e seus impactos decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas, resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição.

Ressalta-se que as aplicações financeiras estão registradas em Títulos e Valores Mobiliários que são mantidos em Letras Financeiras do Tesouro (LFT) até o vencimento, e em Cotas de Fundos que foram mantidas em Fundos de Investimentos referenciados por CDI, por isso não estão expostas a risco de mercado.



16.1 Risco de Liquidez

A Fomento utiliza níveis adequados de exposição ao risco de mercado e liquidez, de acordo com os limites operacionais aceitáveis, definidos pela Alta Administração, possibilitando a adoção de medidas mitigadoras em tempo hábil, bem como a manutenção de sua liquidez e o estabelecimento de limites operacionais de descasamento de prazos e de moedas, a qual preserva a continuidade e solidez dos negócios no longo prazo.

16.2 Risco de Crédito

Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. A Agência de Fomento avalia e monitora mensalmente o risco global e a classificação da carteira de risco das operações de crédito.

16.3 Gerenciamento de Capital

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Política de Gerenciamento de Capital a qual traz a forma de atuação quanto as metas e projeções de capital, a política de distribuição do capital, e as principais fontes de capital da Agência de Fomento, bem como, sua estrutura, em conformidade com a Resolução do Conselho Monetário Nacional e normas complementares.

16.3.1 Define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de:

- I. monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- II. avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita;
- III. planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

No gerenciamento de capital a Instituição deve adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Caso a avaliação da necessidade de capital aponte para um valor acima do PRE, a instituição deve manter capital compatível com os resultados das suas avaliações internas.

16.3.2 Objetivos

- ✓ Garantir o cumprimento legal das normas aqui contempladas;
- ✓ Constituir as diretrizes e os procedimentos internos a serem adotados pela Agência de Fomento no gerenciamento de capital;
- ✓ Estabelecer os procedimentos de monitoramento, avaliação de capital e planejamento de metas de necessidade de capital;



- ✓ Considerar os objetivos estratégicos da instituição que estão sob a responsabilidade das áreas inseridas no processo de gerenciamento de capital.

16.4 Programa de Testes de Estresse

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva o Programa de Testes de Estresse, que é um conjunto coordenado de processos e rotinas, dotados de metodologias, documentação e governança próprias, com o objetivo principal de identificar potenciais vulnerabilidades da instituição em possíveis situações adversas e extremas. Os testes de estresse servem para fins de supervisão, para definir políticas e estratégias apropriadas para atenuar os choques em cenários adversos e idiossincráticos.

Exercem papel essencial para reforçar a governança corporativa, a resistência das instituições, do sistema financeiro e evidência, como benefício, a identificação dos pontos vulneráveis da Instituição. Analisa potenciais efeitos e fatores que sejam adversos ao cenário atual, adotando a análise de sensibilidade para mensurar alterações nos riscos de crédito e de liquidez. O Teste de Estresse é o exercício, com finalidade definida, de avaliação prospectiva dos potenciais impactos de eventos e circunstâncias adversos na Instituição ou em um portfólio específico. Devem ser utilizados como uma ferramenta de **Gerenciamento de Riscos** e para auxílio nas tomadas de decisões de negócios da Instituição.

16.5 Declaração de Appetite a Riscos - RAS

Foi aprovado pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva a Declaração de Appetite aos Riscos. A RAS contém:

- os tipos de riscos e os respectivos níveis que a Instituição está disposta a assumir;
- a capacidade de a Instituição gerenciar riscos de forma efetiva e prudente;
- os objetivos estratégicos da Instituição; e
- as condições de competitividade e o ambiente regulatório em que a instituição atua;

16.6 Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e Corrupção.

Para garantir o cumprimento dos princípios e objetivos da Agência de Fomento e, ainda, atendendo ao disposto na Lei Federal nº. 9.613/1998 com redação da Lei Nº 12.683, de 9 de Julho de 2012 e Circular BACEN nº 3.461/2009 com suas normas complementares, a Fomento possui manual de PLD, o qual têm por objetivo estabelecer as diretrizes gerais e os procedimentos internos a serem adotados na Prevenção e Combate às Atividades de Lavagem de Dinheiro e nas práticas de Corrupção, os procedimentos de detecção e análise de indícios de lavagem de dinheiro e a comunicação de ocorrências ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, bem como de estabelecer a competência e responsabilidade de cada área no processo de detecção de indícios do crime de lavagem de dinheiro.



17. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência de Fomento analisou e não foi percebido quaisquer alterações drásticas na operação, tendo em vista que possíveis impactos econômicos advindos da pandemia do COVID 19 em nossas atividades só poderiam trazer reflexos consideráveis, em datas futuras, não tendo base concreta ou confiável para demonstra-los neste momento. Isto posto, no nosso entendimento, não houve eventos subsequentes relevantes no contexto destas informações contábeis intermediárias.



PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 29 de setembro de 2020, cumprindo o que determina a Lei 6.404/76, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2020, findo em 30/06/2020, apreciou o Relatório da Administração, as Notas Explicativas, o parecer da Auditoria Independente e demais documentos e informações referentes ao término do semestre. Assim sendo, à vista dos documentos apresentados e considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, o Conselho Fiscal entendendo que as peças representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 29 de setembro de 2020.

**BRUNO BARRETO
CESARINO**
Suplente

**FRANCISCO
ALMEIDA COSTA**
Membro

**JOSÉ PEDRO DIAS
LEITE**
Membro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Agência de Fomento do Estado do Tocantins S/A, em reunião realizada no dia 07 de outubro de 2020, cumprindo suas atribuições legais e estatutárias, analisou as Demonstrações Financeiras, referentes ao primeiro semestre de 2020, apreciou o Relatório da Administração, as respectivas Notas Explicativas, o parecer dos Auditores Independentes, do Conselho Fiscal e demais documentos referentes ao término do semestre e, assim, diante das peças apresentadas e, ainda, considerando a manifestação contida no Parecer da CASS AUDITORES E CONSULTORES S/S – AUDITORES INDEPENDENTES, seguindo a linha conclusiva dos relatórios apresentados entendeu que a Prestação de Contas representa, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Instituição e opina, favoravelmente, à aprovação dos referidos documentos. Palmas - TO, 07 de outubro de 2020.

DENISE ROCHA DOMINGUES
Presidente da Mesa

CLERSON DALVANI REIS
Vice-Presidente

CLEOMAR ARRUDA SILVA
Membro

LUIZ CARLOS CARNEIRO
Membro

**ALESSANDRO DIVINO CARDOSO
DA SILVA**
Membro